

João Pessoa, 07 de maio de 2012 - A Administração da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Paraíba”) apresenta as Informações Trimestrais relativas ao primeiro trimestre de 2012 (1T11), preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 - Perfil do Negócio

A Energisa Paraíba é uma distribuidora de energia elétrica que atende a 216 municípios do Estado da Paraíba, em uma área de 54.595 Km², com uma população de aproximadamente 3,3 milhões de habitantes. A empresa atende a aproximadamente 1.184 mil unidades consumidoras.

Resumem-se, a seguir, destaques do desempenho econômico-financeiro da Energisa Paraíba no primeiro trimestre:

Indicadores Operacionais e Financeiros

Descrição	1T12	1T11	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	390,9	345,3	+ 13,2
Receita Operacional Líquida	266,9	233,4	+ 14,4
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	58,5	33,8	+ 73,1
EBITDA	67,9	44,5	+ 52,6
EBTIDA Ajustado	72,6	49,2	+ 47,6
Resultado Financeiro	(1,0)	(10,1)	- 90,1
Resultado antes dos impostos	57,4	23,7	+ 142,2
Lucro Líquido	43,7	19,4	+ 125,3
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	1.262,9	1.208,5	+ 4,5
Caixa / Aplicações Financeiras / Equivalentes	103,0	140,6	- 26,7
Patrimônio Líquido	561,2	507,9	+ 10,5
Endividamento Líquido	372,6	343,5	+ 8,5
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.184	1.111	+ 6,6
Vendas de energia aos Consumidores Cativos (GWh)	847,6	788,1	+ 7,5
Energia Elétrica associada aos Consumidores Livres (GWh)	111,9	103,1	+ 8,5
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	13,43	15,25	- 1,82 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	27,2	21,1	+ 6,1 p.p
Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	1,4	1,5	- 6,7

2 - Desempenho Econômico e Financeiro

2.1 - Lucro líquido: crescimento de 125,3%

A Energisa Paraíba registrou no primeiro trimestre de 2012 um lucro líquido de R\$ 43,7 milhões, o que representa um incremento de 125,3% em relação ao registrado no 1T11.

Esse avanço do lucro líquido decorre em parte do acréscimo de 14,4% (ou R\$ 33,5 milhões) da receita operacional líquida no trimestre, aliado ao menor crescimento das despesas operacionais, o que favoreceu a geração operacional de caixa (EBITDA). As despesas operacionais cresceram 4,4% (ou R\$ 8,8 milhões) no trimestre.

A variação dos resultados financeiros (receitas financeiras menos despesas financeiras) também contribuiu para a melhoria do lucro líquido no trimestre. As despesas financeiras líquidas mostraram uma redução de 90,1%.

A composição do lucro líquido no trimestre assim se apresenta:

Composição do lucro líquido (R\$ milhões)	1T12	1T11	Varição em R\$ milhões
Receita operacional líquida	266,9	233,4	+ 14,4
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	58,5	33,8	+ 73,1
Geração operacional de caixa (EBITDA)	67,9	44,5	+ 52,6
Resultado financeiro	(1,0)	(10,1)	- 90,1
Contribuição social e imposto de renda	(13,8)	(4,3)	+ 220,9
Lucro Líquido	43,7	19,4	+ 125,3

2.2 - Receita operacional bruta e líquida

A receita operacional bruta da Energisa Paraíba atingiu R\$ 390,9 milhões no 1T12, valor 13,2% (ou R\$ 45,6 milhões) maior que o registrado no 1T10, quando alcançou R\$ 345,3 milhões. A receita operacional líquida cresceu 14,4% (ou R\$ 33,5 milhões) para R\$ 266,9 milhões no mesmo período.

A composição da receita operacional bruta e da receita operacional líquida da Energisa Paraíba assim se apresenta:

Receita por Classe de Consumo	Trimestre		
	Valores em R\$ milhões	1T12	1T11
(+) Receita de energia elétrica (mercado próprio)	348,7	301,1	+ 47,6
• Residencial	161,0	135,0	+ 26,0
• Industrial	48,8	45,4	+ 3,4
• Comercial	74,7	62,0	+ 12,7
• Rural	13,2	10,1	+ 3,1
• Outras classes	51,0	48,6	+ 2,4
(+) Suprimento de energia elétrica	0,1	0,7	- 0,6
(+) Fornecimento não faturado líquido	(6,5)	1,4	- 7,9
(+) Disponibilização do sistema elétrico	14,4	13,1	+ 1,3
(+) Receitas de construção	31,6	27,3	+ 4,3
(+) Outras receitas	2,6	1,7	+ 0,9
(=) Subtotal - Receita operacional bruta	390,9	345,3	45,6
(-) Impostos sobre receitas	(104,3)	(95,4)	- 8,9
(-) Encargos setoriais	(19,7)	(16,5)	- 3,2
(=) Total - Receita operacional líquida	266,9	233,4	+ 33,5

2.3 - Despesas operacionais

2.3.1 - Despesas operacionais na distribuição, geração e serviços

No 1T12, as despesas operacionais na distribuição, geração e serviços da Energisa Paraíba atingiram R\$ 176,8 milhões, com crescimento de 2,6% (ou R\$ 4,5 milhões) em relação ao valor registrado no 1T11.

2.3.1.1 - Despesas controláveis na distribuição, geração e serviços

As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) na distribuição, geração e serviços aumentaram 10,5% (ou R\$ 4,3 milhões) no 1T12, para R\$ 45,1 milhões.

2.3.2 - Custos de construção

Com a adoção do padrão contábil internacional (IFRS), a Energisa Paraíba passou a reconhecer receitas e os custos decorrentes da construção da infraestrutura utilizada na concessão dos serviços de energia elétrica, atribuindo a esta atividade margem zero. No 1T12, os custos de construção totalizaram R\$ 31,6 milhões, contra R\$ 27,3 milhões no 1T11.

2.3.3 - Despesas operacionais totais

No 1T12, as despesas operacionais da Energisa Paraíba totalizaram R\$ 208,4 milhões, o que representa um crescimento de 4,4% (ou R\$ 8,8 milhões) em relação ao 1T11.

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	1T12	1T11	Varição em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	45,1	40,8	+ 4,3
1.1 - Pessoal	22,9	21,2	+ 1,7
1.2 - Material	3,0	2,8	+ 0,2
1.3 - Serviços de terceiros	19,2	16,8	+ 2,4
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	116,0	113,3	+ 2,7
3 - Depreciação e amortização	9,4	10,7	- 1,3
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	2,1	3,2	- 1,1
5 - Outras despesas	4,2	4,3	- 0,1
Subtotal	176,8	172,3	+ 4,5
6 - Custo de construção	31,6	27,3	+ 4,3
Total	208,4	199,6	+ 8,8

Resultados do 1º trimestre de 2012

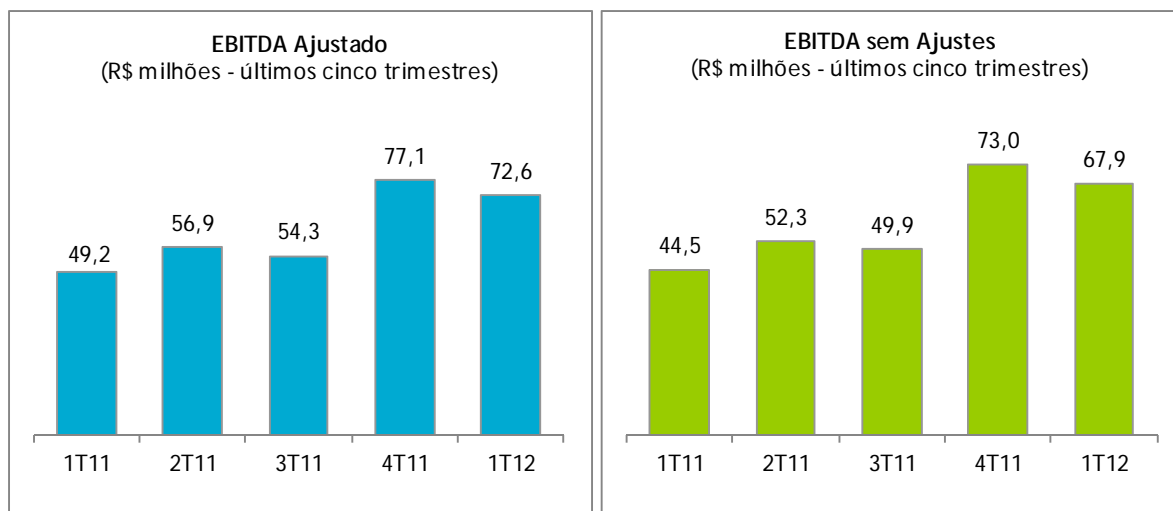
2.4 - Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT) e geração de caixa (EBITDA)

O resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT) e a geração operacional de caixa (EBITDA) assim se apresentam no trimestre:

EBITDA e EBITDA Ajustado - Em R\$ milhões -

Descrição	Trimestre		
	1T12	1T11	Variação %
(=) EBIT	58,5	33,8	+ 73,1
(+) Depreciação e amortização	9,4	10,7	- 12,1
(=) EBITDA	67,9	44,5	+ 52,6
(+) Receitas de acréscimos moratórios	4,7	4,7	-
(=) EBITDA ajustado no período	72,6	49,2	+ 47,6
Margem do EBITDA ajustado (%)	27,2	21,1	+ 6,1 p.p

A evolução do EBITDA e EBITDA Ajustado da Energisa Paraíba nos últimos cinco trimestres pode ser assim demonstrada:



2.5 - Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido (receitas financeiras menos despesas financeiras) no 1T11 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 1,0 milhão, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 10,1 milhões no 1T11.

O quadro a seguir apresenta as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa Paraíba em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011:

Descrição	31/03/2012	31/12/2011
Valor em R\$ milhões		
Curto Prazo	51,2	54,5
Empréstimos, financiamentos e debêntures	41,1	41,1
Encargos de dívidas	3,4	6,8
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	6,7	6,6
Longo Prazo	424,5	428,0
Empréstimos, financiamentos e debêntures	403,7	407,6
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	20,8	0,4
Total das dívidas	475,7	482,5
(-) Disponibilidades financeiras	103,0	109,0
Total das dívidas líquidas	372,6	373,5

Em 31 de março de 2012, R\$ 102,0 milhões (21,4%) do total das dívidas estão representados em dólares, provenientes da emissão internacional de Notes Units, cujo saldo em circulação ao final de março de 2012 era de US\$ 56,0 milhões. As notas têm vencimento de longo prazo, em 19 de julho de 2013 e custo de US\$ mais 10,5% ao ano.

3 - Desempenho Operacional

3.1 - Mercado de Energia

As vendas totais de energia elétrica aos consumidores cativos atendidos pela Energisa Paraíba, atingiram 847,6 GWh no 1T12, o que corresponde a um aumento de 7,5% sobre o valor apurado em igual trimestre de 2011. Os consumos das classes comercial e residencial se mantiveram em expressivas expansões no trimestre, com crescimentos de 12,4% e 7,2%, respectivamente. O consumo industrial cativo e livre mostrou crescimento de 3,5%. Consequentemente, a energia elétrica total distribuída, considerando consumidores cativos e livres, suprimento e fornecimento não faturado, totalizou 966,3 GWh, o que representando um aumento de 5,2% em relação ao igual trimestre do ano passado.

Mercado de Energia Elétrica por Segmento (Em GWh)

Descrição	Trimestre		
	1T12	1T11	Variação %
a) Vendas de Energia no Mercado Próprio	847,6	788,1	+ 7,5
• Residencial	327,0	304,9	+ 7,2
• Industrial	149,3	149,2	+ 0,1
• Comercial	152,4	135,6	+ 12,4
• Rural	62,9	53,5	+ 17,6
• Outras classes	156,0	144,9	+ 7,7
b) Suprimento de Energia Elétrica	1,7	21,6	- 92,1
c) Fornecimento não Faturado Líquido	5,1	5,8	- 12,1
d) Vendas Totais de Energia Elétrica (a+b+c)	854,4	815,5	+ 4,8
e) Energia Elétrica associada aos Consumidores Livres	111,9	103,1	+ 8,5
f) Energia Elétrica Total Distribuída	966,3	918,6	+ 5,2

3.2 - Perdas de energia

As constantes buscas de melhorias de gestão têm permitido à empresa manter bons resultados no seu desempenho operacional. Os índices de perdas vêm gradativamente se reduzindo, tendo sido alcançado mais um recorde histórico. Nos últimos 12 meses findos em março de 2012, as perdas de energia elétrica situaram em 13,43%, o que representa uma queda de 1,82 ponto percentual em relação a igual período encerrado em março do ano passado.

4 - Investimentos

Com foco nos projetos que visam o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados, os investimentos da Energisa Paraíba totalizaram R\$ 33,3 milhões no primeiro trimestre de 2012, o que representa um crescimento de 28,5% em relação ao realizado em igual trimestre do ano passado, quando foram investidos R\$ 25,9 milhões.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

Energisa Paraíba		
Balanços Patrimoniais		
Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011		
(Em milhares de reais)		
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	52.345	62.753
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	44.767	40.504
Consumidores e concessionárias	158.342	167.014
Títulos de créditos a receber	52.072	53.955
Estoques	5.190	4.592
Impostos a recuperar	35.215	35.520
Despesas pagas antecipadamente	5.294	4.537
Baixa renda	16.473	9.888
Outros créditos	13.429	10.600
Total do circulante	<u>383.127</u>	<u>389.363</u>
Não circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	5.905	5.735
Títulos de créditos a receber	63.477	63.992
Impostos a recuperar	25.461	26.106
Créditos tributários	104.697	111.014
Cauções e depósitos vinculados	21.084	20.984
Instrumentos financeiros derivativos	4.779	2.649
Contas a receber da concessão	109.633	30.777
Outros	1.551	1.550
	<u>336.587</u>	<u>262.807</u>
Investimentos	105	73
Intangível	<u>543.061</u>	<u>606.784</u>
Total do não circulante	<u>879.753</u>	<u>869.664</u>
Total do Ativo	<u><u>1.262.880</u></u>	<u><u>1.259.027</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2. Balanço Patrimonial Passivo

Energisa Paraíba		
Balanços Patrimoniais		
Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011		
(Em milhares de reais)		
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	66.028	63.767
Encargos de dívidas	3.459	6.766
Empréstimos e financiamentos	38.317	40.649
Debêntures	2.754	426
Folha de pagamento	-	1.523
Tributos e contribuições sociais	45.544	50.532
Dividendos	-	417
Obrigações estimadas	7.285	6.722
Encargos do consumidor a recolher	10.123	11.549
Taxa de iluminação pública arrecadada	3.934	3.752
Benefícios a empregados - plano de pensão	6.698	6.698
Outras contas a pagar	30.883	25.108
Total do circulante	<u>215.025</u>	<u>217.909</u>
Não circulante		
Exigível a Longo Prazo		
Fornecedores	2.371	2.371
Empréstimos e financiamentos	324.080	328.009
Debêntures	79.567	79.567
Instrumentos financeiros derivativos	10.619	6.409
Tributos e contribuições sociais	1.461	1.461
Imposto de renda e contribuição social diferido	9.504	8.142
Provisões para contingências	37.998	38.200
Benefícios a empregados - plano de pensão	20.788	20.401
Outros	237	332
Total do não circulante	<u>486.625</u>	<u>484.892</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	363.573	363.573
Ações em tesouraria	(538)	(538)
Reservas de capital	97.540	97.540
Reservas de lucros	56.966	56.968
Dividendos adicionais propostos	-	38.683
Lucros acumulados	43.689	-
	<u>561.230</u>	<u>556.226</u>
Total do Passivo	<u>1.262.880</u>	<u>1.259.027</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3. Demonstrações de Resultado

Energisa Paraíba		
Demonstração do Resultado do Exercício		
Três meses findos em 31 de março de 2012 e 2011		
(Em milhares de reais)		
	<u>1T2012</u>	<u>1T2011</u>
Receita operacional bruta		
Fornecimento de Energia Elétrica	342.217	303.021
Disponibilização do sistema	14.406	13.148
Receita de construção	31.639	27.304
Outras Receitas Operacionais	2.626	1.846
	<u>390.887</u>	<u>345.319</u>
Deduções à receita operacional		
ICMS faturado	70.825	66.030
PIS, Cofins e ISS	33.457	29.436
Outras (CCC, CDE, P&D, PEE e RGR)	19.734	16.470
	<u>124.016</u>	<u>111.936</u>
Receita operacional líquida	<u>266.871</u>	<u>233.383</u>
Despesas operacionais		
Energia elétrica comprada	99.290	97.937
Encargos de uso do sistema	16.701	15.338
Pessoal	22.950	21.168
Material	3.045	2.841
Serviços de terceiros	19.193	16.762
Depreciação e amortização	9.386	10.701
Provisão para crédito de liquidação duvidosa / contingência	2.072	3.169
Custo de construção	31.639	27.304
Outras despesas	3.236	3.461
Outras receitas operacionais	(686)	(1.003)
Outras despesas operacionais	1.555	1.921
	<u>208.381</u>	<u>199.599</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	<u>58.491</u>	<u>33.784</u>
Resultado financeiro		
Receita de aplicações financeiras	2.330	4.106
Acréscimo moratório energia vendida	4.724	4.758
Encargos de dívidas - Juros	(10.810)	(11.037)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	2.895	1.870
Marcação a mercado derivativos	2.130	(929)
Instrumentos financeiros derivativos	(4.736)	(3.746)
Ajuste a valor presente	3.809	(3.282)
(-) Transferências para obras em curso	1.077	734
Outras receitas (despesas) financeiras	(2.467)	(2.526)
	<u>(1.048)</u>	<u>(10.052)</u>
Resultado antes dos tributos	<u>57.443</u>	<u>23.732</u>
Imposto de renda e contribuição social	(13.756)	(4.358)
Lucro líquido do período	<u>43.687</u>	<u>19.374</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

4. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A
 Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 Três meses findos em 31 de março de 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

	1T2012	1T2011
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	43.687	19.374
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	8.450	9.957
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	868	1.929
Amortização	9.386	10.701
Valor residual de ativos permanentes baixados	3.960	2.107
Créditos tributários	5.092	(973)
Imposto de renda e contribuição social	13.757	4.358
Reversão de Provisão para contingências	(735)	(1.029)
Marcação a mercado de derivativos	(2.130)	929
Instrumentos financeiros derivativos	4.736	3.746
Ajuste de avaliação patrimonial	-	24
Subtotal	87.071	51.123
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante		
Diminuição de consumidores e concessionárias	8.114	3.822
(Aumento) de aplicações financeiras e recursos vinculados	(4.433)	(11.133)
Diminuição (aumento) de títulos de créditos a receber	2.089	(7.647)
(Aumento) de estoques	(598)	(246)
(Aumento) diminuição de impostos a recuperar	(2.313)	2.325
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-	(113)
(Aumento) de despesas pagas antecipadamente	(757)	(669)
(Aumento) de outros créditos	(16.156)	(2.266)
	(14.054)	(15.927)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante		
Aumento (diminuição) de fornecedores	2.261	(8.094)
Aumento (diminuição) de folha de pagamento	98	(223)
(Diminuição) de tributos e contribuições sociais	(5.091)	(4.154)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.904)	-
(Diminuição) de parcelamento de impostos	-	(983)
Aumento de obrigações Estimadas	562	340
(Diminuição) aumento de encargos do consumidor a recolher	(1.426)	1.750
Aumento (diminuição) de outras contas a pagar	4.153	(1.156)
	(7.347)	(12.520)
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	65.670	22.676
Atividades de investimentos		
Aplicações no investimento	(33)	(2)
Aplicações no intangível	(33.324)	(25.865)
Contribuições do consumidor, União e Estado	11.587	(33)
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	(21.770)	(25.900)
Atividades de financiamento		
Novos empréstimos e financiamentos	9.212	-
Pagamentos de empréstimos - principal	(12.881)	(12.730)
Pagamentos de empréstimos - juros	(11.483)	(11.259)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(527)	(657)
Pagamentos de dividendos	(38.629)	(9.303)
Caixa Líquido consumido (gerado) nas atividades de financiamento	(54.308)	(33.949)
Variação líquida do caixa	(10.408)	(37.173)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	62.752	92.862
Caixa mais equivalentes de caixa finais	52.344	55.689
Variação líquida do caixa	(10.408)	(37.173)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.
Notas explicativas às informações trimestrais
período findo em 31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia ou Energisa PB"), empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 216 municípios no Estado da Paraíba, atendendo a 1.183.995 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 29 de janeiro de 2010.

As principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão conforme ICPC 01 (R1) e ICPC 17, consistem em:

I - Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, operando a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança na prestação de serviços e modicidade das tarifas;

III - Organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade. É vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, através de programas de redução de consumo de energia e inovações; e

VI - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em seu controle acionário que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes a: revisão e reajustes tarifários, classificação da concessão, receita e prazo de concessão, estão apresentados nas notas explicativas nº 9, 16, 23 e 28, respectivamente.

2. Apresentação das informações contábeis trimestrais

As informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 26 de abril de 2012 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações contábeis intermediárias individuais elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como "Individual - BR GAAP";

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os novos Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia não apurou resultados abrangentes no período corrente.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011”), publicadas na imprensa oficial em 12 de março de 2012.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 3 às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 216 municípios do Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (*)	Remuneração	31/03/2012	31/12/2011
BMG	CDB	24-01-2014	112,0% do CDI	-	16.613
CEF	CDB	29/11/2013 a 01/04/2014	100,5% do CDI	15.625	10.487
Mercantil	CDB	12-12-2014	105,0% do CDI	-	1.243
Santander	Debêntures (**)	05-03-2014	103,2% do CDI	1.901	-
				<u>17.526</u>	<u>28.343</u>
Aplicações financeiras disponíveis para venda					
BB Ampla	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	2.406	-
CEF	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	2.149	8.497
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	2.391	104
Sul América	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	10.079	-
				<u>17.025</u>	<u>8.601</u>
Total				<u>34.551</u>	<u>36.944</u>
Caixa e bancos				17.794	25.809
Total caixa e equivalente de caixa				<u>52.345</u>	<u>62.753</u>

(*) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias pelas taxas contratadas.

(**) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco

b) Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	31/03/2012	31/12/2011
ABC Brasil	CDB	30/04/2012 a 03/07/2012	103,0% a 104,5% do CDI	16	16
BES	CDB	03/04/2012 a 21/05/2012	104,0% a 107,0% do CDI	14	13
BIC Banco	CDB	16/08/2012 a 22/02/2013	98,0% a 115,0% do CDI	2.950	2.868
BMG	CDB	16/12/2013 a 24/01/2014	112,0% do CDI	1.682	1.630
Bradesco	CDB	30/08/2012 a 25/07/2013	99,0% do CDI	326	317
CEF	Poupança	-	Poupança	87	87
HSBC	CDB	17-08-2012	100,0% do CDI	615	600
Itaú	CDB	06/07/2012 a 03/12/2013	100,0% a 103,5% do CDI	586	571
Itaú	Debêntures (**)	03/12/2013 a 06/12/2013	102,0% a 102,5% do CDI	287	280
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	700	506
Nordeste	CDB	02/01/2014 a 30/07/2019	90,0% a 100,0% do CDI	35.538	31.811
Pine	CDB	08-02-2017	104,0% do CDI	843	877
Standard Bank	CDB	01-02-2013	100,25% do CDI	4	4
				43.648	39.580
Aplicações financeiras disponíveis para venda					
Bradesco	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	1.119	924
				1.119	924
Aplicações financeiras mantidas até o vencimento					
Itaú (*)	Fundo de Investimento em direitos creditórios	01/11/2012 a 29/12/2020	100,0% do CDI	5.905	5.735
				5.905	5.735
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				50.672	46.239
Circulante				44.767	40.504
Não circulante				5.905	5.735

(*) Aplicações em cotas subordinadas do FIDC.

(**) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banc.

6. Consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Saldos vencidos (1)	Vencidos					Há mais de 360 dias	31/03/2012	31/12/2011
		até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias				
Residencial	26.431	15.938	4.967	2.279	748	74	50.437	52.955	
Industrial	19.695	1.249	282	257	1.936	4.292	27.711	27.939	
Comércio, serviços e outras atividades	19.764	4.237	1.225	1.002	1.047	575	27.850	29.060	
Rural	2.588	1.715	834	418	1.921	1.797	9.273	13.239	
Poder Público:									
Federal	2.296	175	46	17	29	3	2.566	2.598	
Estadual	3.678	281	74	28	46	-	4.107	4.164	
Municipal	2.626	200	53	20	33	-	2.932	2.972	
Iluminação pública	5.027	686	243	65	18	6	6.045	5.674	
Serviço público	4.243	3.983	3.295	128	147	1	11.797	6.210	
Subtotal - consumidores	86.348	28.464	11.019	4.214	5.925	6.748	142.718	144.811	
Concessionárias	-	-	-	-	-	-	182	103	
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	24.964	31.464	
Outros	-	-	-	-	-	-	1.419	1.019	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	-	(10.941)	(10.383)	
Total - Circulante	86.348	28.464	11.019	4.214	5.925	6.748	158.342	167.014	
(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.									
(2) Inclui, R\$40 de energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.									

Os saldos junto a CCEE estão registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante, no montante de R\$1.994 (R\$2.953 em 31 de dezembro de 2011), referente à aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços de sistema.

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente, com base em taxas de juros específicas que refletem a naturezas destes ativos (IGPM).

Em 31 de março de 2012, os saldos estão demonstrados como se segue:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Títulos de créditos a receber	146.492	152.390
Ajuste a valor presente	(17.956)	(21.766)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(12.987)	(12.677)
	<u>115.549</u>	<u>117.947</u>
Circulante	52.072	53.955
Não circulante	63.477	63.992

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de março de 2012, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

Vencidos	12.987
2012	42.844
2013	9.228
2014	49.398
2015	11.650
2016	9.029
2017	5.080
2018 em diante	6.276
Subtotal	146.492
(-) Ajuste a valor presente	(17.956)
Total	128.536

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	31/03/2012	31/12/2011
Saldo - inicial	23.060	20.076
Provisões constituídas no exercício	2.397	6.036
Reversão de provisões no exercício	(1.529)	(3.052)
Saldo - final - circulante	23.928	23.060
Clientes, consumidores e concessionárias	10.941	10.383
Títulos de créditos a receber	12.987	12.677

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes.

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

9. Revisão e reajuste tarifário periódico

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos sendo a próxima revisão em agosto de 2013.

Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Reajustes tarifários:

Em 26 de agosto de 2011, por meio da Resolução nº 1.191, foi homologado o reajuste tarifário da Companhia em vigor desde 28 de agosto de 2011. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 7,46%.

10. Recomposição tarifária extraordinária (RTE)

A ANEEL editou a Resolução Normativa nº 387/2009, estabelecendo nova metodologia de cálculo do repasse de energia livre devidos aos geradores, abrangendo a todo o período de faturamento da RTE (2002 a 2008).

Com a aplicação da nova metodologia, a Companhia apurou novos e definitivos valores a receber aos geradores. Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 o saldo monta em R\$1.784.

11. Baixa renda

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo - inicial	9.888	14.253
Subvenção baixa renda	22.751	51.305
Ressarcimento Eletrobrás	(16.166)	(55.670)
Saldo- final - circulante	<u>16.473</u>	<u>9.888</u>

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

12. Impostos a recuperar

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	23.683	24.643
Imposto de Renda Retido na Fonte	479	192
Imposto de Renda - IRPJ	4.014	3.937
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	77	69
Contribuição do PIS e COFINS	27.494	27.884
Outros	4.929	4.901
	<u>60.676</u>	<u>61.626</u>
Circulante	35.215	35.520
Não circulante	25.461	26.106

13. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Soluções S/A, Energisa Comercializadora Ltda., Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda., Energisa Geração Rio Grande S/A, Termosergipe S/A, Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunim S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), (empresas ligadas da Companhia).

Transações efetuadas durante o exercício pela companhia:

	ESA (1)	EBO (2)	31/03/2012	31/03/2011
Serviços contratados	(4.978)	-	(4.978)	(4.652)
Energia elétrica fornecida/ (comprada)	-	575	575	446
			31/03/2012	31/03/2011
Saldo a pagar - fornecedores	(1.582)	-	(1.582)	(1.616)

- (1) Os serviços prestados pela Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.
- (2) Os valores de venda de energia estão suportados por contratos de compra e venda de energia que foram submetidos à aprovação do Poder Concedente e foram efetuados em condições usuais de mercado.

Remuneração dos Administradores

No 1º trimestre de 2012, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$253 (R\$247 em 31 de março de 2011) e da Diretoria foi de R\$373 (R\$355 em 31 de março de 2011). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$149 (R\$125 em 31 de março de 2011). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$155 (R\$149 em 31 de março de 2011).

No 1º trimestre de 2012, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$35 e R\$6 (R\$35 e R\$5 em 31 de março de 2011), respectivamente. A remuneração média no 1º trimestre de 2012 foi de R\$19 (R\$18 em 31 de março de 2011).

14. Impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, registrados segundo as normas dos CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovados pelos Conselhos de Administração.

Período	Realização dos créditos fiscais
2012	6.881
2013	7.812
2014	7.874
2015	7.874
2016	7.724
2017 a 2021	66.533
Total	104.697

Resultados do 1º trimestre de 2012

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	31/03/2012	31/03/2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	57.443	23.732
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(19.531)	(8.069)
Ajustes:		
Exclusões - Incentivo fiscal SUDENE (*)	5.534	3.545
Outros	241	166
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(13.756)	(4.358)
Alíquota efetiva	23,95 %	18,4 %

(*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos no período findo em 31 de março de 2012 e 2011, no montante de R\$5.534 (R\$3.545 em 2011) foram registrados diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

A Companhia possui redução de 75% do imposto de renda e adicionais até o exercício de 2012 e de 12,5 até 2013. O referido benefício fiscal consiste de redução do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	31/03/2012	31/12/2011
Ativo		
Diferenças temporárias (1):		
Imposto de renda	78.036	82.680
Contribuição social	26.661	28.334
Total - não circulante	104.697	111.014
	31/03/2012	31/12/2011
Passivo		
Imposto de renda	6.988	5.987
Contribuição social	2.516	2.155
Total - não circulante	9.504	8.142

(1) Essas diferenças temporárias se referem principalmente a provisões e resultado de operações de swaps e benefício fiscal de ágio incorporado no valor de R\$73.358 (R\$74.583 em 31 de dezembro de 2011).

O benefício fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão em 237 parcelas mensais e segundo a curva de rentabilidade projetada, conforme aprovado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 759 de 12 de dezembro de 2006.

15. Contas a receber da concessão

A Companhia possui saldo de R\$109.633 (R\$30.777 em 31 de dezembro de 2011) no não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente relacionado ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Estes ativos financeiros são avaliados com base no valor residual histórico dos ativos vinculados à concessão e que serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão.

Resultados do 1º trimestre de 2012

A ANEEL emitiu em 7 de fevereiro de 2012, a Resolução Normativa nº 474, que estabeleceu nova vida útil econômica para os ativos vinculados à concessão, convertidas em taxas anuais de depreciação, com aplicação retroativa a 1º de janeiro de 2012.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados.

Em virtude de o ICPC 01 (IFRIC 12) ser omissivo sobre o tratamento contábil dessa situação, a Administração exerceu seu julgamento na aplicação de uma política contábil que refletisse a essência econômica dessa alteração e representasse adequadamente a posição patrimonial, conforme requerido pelo CPC 23 (IAS 8), item 10.

Como resultado dessa análise, o acréscimo no saldo do ativo financeiro indenizável, no valor de R\$76.998, apurado em 1º de janeiro de 2012, foi registrado em contrapartida ao saldo do ativo intangível, para refletir a nova parcela que será recuperada diretamente do Poder Concedente no final da concessão. Como decorrência desse registro contábil ocorreu uma redução equivalente no saldo do ativo intangível para adequar a parcela que será recuperada através da prestação dos serviços outorgados (venda de energia).

Esse direito está classificado como empréstimos e recebíveis no não circulante. Em 31 de março de 2012, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	31/03/2012	31/12/2011
Saldo - inicial	30.777	19.468
Adições	78.856	11.309
Saldo - final - não circulante	<u>109.633</u>	<u>30.777</u>

16. Intangível

Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

	Saldo Inicial 31/12/2011	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo Final 31/03/2012
Em Serviço						
Custo	1.090.219	-	8.615	(89.176)	-	1.009.658
Amortização	(373.468)	-	-	2.789	(11.696)	(382.375)
Subtotal	<u>716.751</u>	-	<u>8.615</u>	<u>(86.387)</u>	<u>(11.696)</u>	<u>627.283</u>
Em Curso (*)	85.436	33.324	(8.615)	(1.792)	-	108.353
Total	<u>802.187</u>	<u>33.324</u>	<u>-</u>	<u>(88.179)</u>	<u>(11.696)</u>	<u>735.636</u>
Obrigações Especiais						
Em Serviço						
Custo	178.736	-	-	(12.105)	-	166.631
Amortização	(19.068)	-	-	-	(2.310)	(21.378)
Subtotal	<u>159.668</u>	-	-	<u>(12.105)</u>	<u>(2.310)</u>	<u>145.423</u>
Em Curso (*)	35.735	11.587	-	-	-	47.322
Total	<u>195.403</u>	<u>11.587</u>	<u>-</u>	<u>(12.105)</u>	<u>(2.310)</u>	<u>192.575</u>
Total Geral	<u>606.784</u>	<u>21.737</u>	<u>-</u>	<u>(76.074)</u>	<u>(9.386)</u>	<u>543.061</u>

(*) As baixas do em curso, referem-se as transferências para contas a receber da concessão.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações, são vinculadas ao serviço público de energia, não podendo ser retiradas, alienadas, cedidas ou dadas em garantia hipotecária sem a prévia

e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média de amortização utilizada é de (3,85%).

A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de amortização dos ativos.

O saldo do intangível está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	31/03/2012	31/12/2011
Contribuições do consumidor	60.356	61.510
Participação da União - recursos CDE	147.247	141.267
Participação do Governo do Estado	18.989	18.989
(-) Amortização acumulada	(21.380)	(19.070)
Total	205.212	202.696
Alocação:		
Contas a receber da concessão	12.637	7.293
Infraestrutura - Intangível em serviço	147.423	159.668
Infraestrutura - Intangível em curso	45.152	35.735
Total	205.212	202.696

- As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

17. Fornecedores

	31/03/2012	31/12/2011
Suprimento:		
CCEE (1)	1.994	2.953
Contratos Bilaterais (1)	46.175	42.022
Uso da rede básica (1)	5.632	4.716
Conexão à rede (1)	262	260
Uso do sistema de Transmissão/ distribuição (1)	1.311	1.246
Materiais, serviços e outros (2)	13.025	14.941
Total	68.399	66.138
Circulante		
	66.028	63.767
Não circulante		
	2.371	2.371

1. Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
2. Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	31/03/2012	31/12/2011	
Em moeda nacional						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	52	4.902	-	4.954	6.723	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	490	-	61.000	61.490	61.548	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	30	305	1.449	1.784	1.881	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	74	466	2.977	3.517	3.659	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	69	581	2.427	3.077	3.180	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	63	414	2.561	3.038	4.388	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	67	343	3.680	4.090	4.185	
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	4	148	3.758	3.910	2.222	
Eletrobrás - Subtransmissão	28	3.355	20.115	23.498	24.965	
Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	11	12	23	32	
Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	8	19	27	33	
Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	6	14	20	24	
Eletrobrás - Luz no Campo	-	14	-	14	74	
Eletrobrás - Devolução LPT	-	4.047	-	4.047	6.908	
Eletrobrás - Devolução LPT	-	-	6.739	6.739	-	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	23	5.675	9.749	15.447	16.910	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	69	9.423	40.368	49.860	52.229	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	13	5.620	52.151	57.784	57.785	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	9	2.434	10.317	12.760	13.366	
Banco HSBC - repasse FINAME	-	-	-	-	-	
Banco Itaú BBA - repasse FINAME	64	891	6.794	7.749	7.150	
Financiamento Funasa	-	-	-	-	-	
Total em moeda nacional	1.055	38.643	224.130	263.828	267.262	
Em moeda estrangeira						
NOTES UNITS	2.448	-	105.068	107.516	113.878	(1)
Total em moeda estrangeira	2.448	-	105.068	107.516	113.878	
Custos de captação incorridos na contratação	(44)	(326)	(5.118)	(5.488)	(5.716)	
Total ENERGISA PARAÍBA	3.459	38.317	324.080	365.856	375.424	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$41.443 (R\$37.546 em 31 de dezembro de 2011), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante.

(1) O contrato relativo às Notes units, possui cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2012, as exigências contratuais foram cumpridas. Os referidos contratos possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco).

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2012:

Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida		
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa	Ref
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	4	CDI	+ 0,8%	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez 2017	Recebíveis	87	CDI	+ 0,7%	
NOTES UNITS	jul-2013	final	-	16	Dólar	+ 10,5%	(1)
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	29	RGR	+ 5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	38	RGR	+ 5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	ago-2019	mensal	Recebíveis	41	RGR	+ 5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	nov-2020	mensal	Recebíveis	50	RGR	+ 5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	ago-2021	mensal	Recebíveis	57	RGR	+ 5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	out-2022	mensal, após out 2012	Recebíveis	68	RGR	+ 5,0%	
Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	27	RGR	+ 5,0%	
Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2013	trimestral	-	12	RGR	+ 8,0%	
Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2014	trimestral	-	17	RGR	+ 8,0%	
Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2014	trimestral	-	17	RGR	+ 8,0%	
Eletrobrás - Luz no Campo	abr-2012	mensal	Recebíveis	1	RGR	+ 5,0%	
Eletrobrás - Devolução LPT	jul-2012	mensal	-	5	Selic Acumulada		
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2014	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	17	pré-fixado	7,7%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	32	pré-fixado	7,8%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	32	TJLP	+ 4,0%	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	jun-2019	mensal, após jun 2012	Recebíveis + Fundo Reserva	46	pré-fixado	8,1%	(2)
Banco Itaú BBA - FINAME	Até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	58	pré-fixado	4,5% a 5,5%	

(1) Possui Swap.
(2) Considera Bônus de adimplimento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semi-árido e fora do semi-árido, respectivamente.

Em 31 de março de 2012, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2012
2013	129.251
2014	36.117
2015	30.018
2016	24.891
2017	16.958
Após 2017	86.845
Total	324.080

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	<u>1ª Emissão</u>
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	15/12/2009
Data de vencimento	15/12/2014
Garantia	Quirografia
Rendimentos	CDI + 1,9% a.a
Quantidade de títulos	80.000
Valor na data de emissão	80.000
Títulos em circulação	80.000
Carência de Juros	6 meses
Amortizações/parcelas	Final
Saldos em 31/03/2012	82.321
Circulante	2.754
Não circulante	79.567
Saldos em 31/12/2011	79.993
Circulante	426
Não circulante	79.567

(*) Deduzido de R\$473 (R\$493 em 2011), referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2012 as exigências contratuais foram cumpridas.

O saldo das debêntures no montante de R\$79.567 tem seu vencimento programado para o ano de 2014.

20. Tributos e Contribuições Sociais

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
ICMS	20.175	21.246
Encargos Sociais	1.719	1.881
IRPJ	3.106	4.574
CSSL	3.842	4.890
PIS / COFINS	16.280	17.084
IRRF	668	920
Outros	1.215	1.398
Total	47.005	51.993
Circulante	45.544	50.532
Não circulante	1.461	1.461

21. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da ENERGISA PB, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 31/12/2011	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 31/03/2012
Trabalhistas	10.245	1.346	(279)	145	11.457
Cíveis	22.069	1.131	(1.758)	308	21.750
Fiscais	5.886	-	(1.175)	80	4.791
Total	38.200	2.477	(3.212)	533	37.998
Depósitos e cauções vinculados (*)	(6.931)	-	-	-	(7.162)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$21.084 (R\$20.984 em 31 de dezembro de 2011) dos quais R\$13.922 (R\$14.053 em 31 de dezembro de 2011) não foram constituídas provisões para contingências pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

Perdas prováveis:

Trabalhistas

Durante o período findo em 31 de março de 2012, a assessoria jurídica da Companhia, baseada na posição de advogados externos, quando aplicável, atualizou a revisão dos processos trabalhistas em andamento e, concluiu que a provisão deveria ser complementada em R\$1.346 (R\$3.482 em 31 de dezembro de 2011) e revertida no montante de R\$279 (R\$4.179 em 31 de dezembro de 2011).

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída à época, provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$1.785.

Durante o período findo em 31 de março de 2012, foram registrados complemento de provisões de R\$1.131 (R\$7.146 em 31 de dezembro de 2011) e reversão de R\$1.758 (R\$8.509 em 31 de dezembro de 2011).

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas a Cofins, PIS, INSS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estar em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

Durante o período findo em 31 de março de 2012, foram registrados reversão de provisões de R\$1.175 (R\$3.487 em 31 de dezembro de 2011), referente à liquidação de processos judiciais referente a INSS, COFINS e IRPJ.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de êxito foi estimada como remota ou de perda de provisão.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$196.898 (R\$188.048 em 31 de dezembro de 2011), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível e, conseqüentemente, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

Refere-se à reclamação trabalhista, que tem por objeto responsabilidade subsidiária por débitos de terceiros no montante equivalente a R\$6.735 (R\$6.701 em 31 de dezembro de 2011).

Cíveis

Essas ações no montante equivalente a R\$44.498 (R\$44.275 em 31 de dezembro de 2011), têm por objeto pedidos relacionados, majoritariamente, à supostas diferenças a devolver decorrentes do cálculo da CVA, devolução de encargos emergenciais, supostos valores a receber em virtude da privatização da empresa e reclamações de consumidores (cobrança de irregularidade e suspensão de fornecimento).

Fiscais

Essas ações, no montante de R\$145.665 (R\$137.072 em 31 de dezembro de 2011), têm por objeto a redução da base de cálculo do IRPJ e CSSL pela amortização do ágio incorporado, diferenças de ICMS pagos sobre demanda contratada, diferenças de FGTS e taxa de uso do solo.

22. Patrimônio líquido**22.1. Capital Social**

O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$363.573 (R\$316.608) e está representado por 619.889 ações ordinárias, 298.902 ações preferenciais classe "A" e 147 ações preferenciais classe "B", todas nominativas sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e têm prioridade na distribuição de dividendos sendo:

- Classe A - Dividendos mínimos não cumulativos de 10% ao ano, calculados sobre o capital atribuído a essa classe.
- Classe B - Dividendos obrigatórios não cumulativos previstos no Estatuto Social.

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 31/12/2011, foi aprovado o aumento de capital em R\$46.965, mediante a capitalização do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2010 da reserva de incentivos fiscais - redução de imposto de renda, sem emissão de ações.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 6.000.000 ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

A Companhia adquiriu, para permanência em tesouraria, conforme autorizado pelo seu Conselho de Administração, 422 ações ordinárias e 356 ações preferenciais de sua própria emissão, que se encontram registradas na rubrica "ações em tesouraria", classificadas no patrimônio líquido pelo valor de R\$538. Por se tratar de uma subsidiária integral as ações da Companhia não possuem valor de mercado.

22.2. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

Em 31 de dezembro de 2011, por esses dividendos serem superiores aos mínimos obrigatórios e aprovados em período subseqüentes ao encerramento do exercício, foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08. O Conselho de Administração deliberou em 14 de fevereiro de 2012 o pagamento dos dividendos adicionais no montante de R\$38.683 (R\$10,1326 por ação ordinária e preferencial) em 30 de março de 2012.

23. Receita operacional

	Não revisado					
	Número de consumidores		MWh		R\$	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Residencial	971.000	928.973	327.037	304.916	161.011	134.953
Industrial	4.593	4.595	149.340	149.247	48.783	45.363
Comercial	87.470	81.824	152.404	135.587	74.716	62.010
Rural	104.892	80.538	62.901	53.445	13.163	10.101
Poder público:						
Federal	556	534	11.986	11.301	10.212	9.316
Estadual	2.911	2.795	16.335	15.402	8.102	7.391
Municipal	10.765	10.335	20.574	19.399	5.376	4.904
Iluminação pública	632	604	53.936	48.017	14.809	12.231
Serviço público	1.025	981	52.007	49.710	12.546	14.855
Consumo próprio	132	126	1.063	1.041		
Subtotal	1.183.976	1.111.305	847.583	788.065	348.718	301.124
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	-	-	-	783	474
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	5.076	5.792	(6.501)	1.423
Suprimento de energia elétrica	-	-	1.693	21.636	18	732
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	19	17	-	-	14.406	13.148
Receita de Construção	-	-	-	-	31.639	27.304
Outros serviços taxados	-	-	-	-	1.824	1.114
Total	1.183.995	1.111.322	854.352	815.493	390.887	345.319
Deduções da Receita Operacional						
ICMS	-	-	-	-	70.825	66.030
PIS	-	-	-	-	5.927	5.245
COFINS	-	-	-	-	27.302	24.158
ISS	-	-	-	-	228	33
Quota para RGR	-	-	-	-	3.072	2.688
Progr de Eficiência Energ - PEE	-	-	-	-	1.134	1.015
Conta de Desenv Energ - CDE	-	-	-	-	2.158	1.740
Conta Consumo Combustível - CCC	-	-	-	-	11.556	9.404
Prog Pesq e Desenv Tec - P&D	-	-	-	-	1.814	1.623
Total - deduções da receita operacional	-	-	-	-	124.016	111.936
Total Receita Operacional Líquida	1.183.995	1.111.322	854.352	815.493	266.871	233.383

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações contábeis intermediárias e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2011	2010
Riscos Nomeados	23/10/2012	24.500	232	189
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2012	33.953	252	238
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros.	23/10/2012	Até R\$ 200mil / veículo	179	181
Vida em Grupo - Morte e Acidentes pessoais	31/12/2012	74.035	303	380
			<u>966</u>	<u>988</u>

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	31/03/2012		31/12/2011	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	52.345	52.345	62.753	62.753
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	50.672	50.672	46.239	46.239
Consumidores e concessionárias	158.342	158.342	167.014	167.014
Títulos de créditos a receber	115.549	115.549	117.947	117.947
Conta a receber da concessão	32.635	32.635	30.777	30.777
	31/03/2012		31/12/2011	
PASSIVO	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	(68.399)	(68.399)	(66.138)	(66.138)
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	(448.177)	(457.681)	(455.417)	(466.961)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis:

Inclui, caixa e equivalente de caixa, clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados:

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimento são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, avaliações a mercado e/ou taxas de juros efetiva.

Passivos financeiros pelo custo amortizado:

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures

Tais instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos, obtidos em moeda nacional, junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, BNB e BNDES, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. No caso dos empréstimos dos BONDS, Fundos de investimentos em Direitos Creditórios e a 1ª emissão de debêntures, o valor contábil difere do valor justo, em face de existir um mercado de negociação para os títulos.

Derivativos

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para

produzir a estimativa do valor justo mais adequado. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Limitações**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia, portanto, fixou limites de atuação, com montantes e indicadores pré-estabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (disponível no website da Companhia) e no regimento interno da diretoria da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A política de administração de risco da Companhia foi estabelecida a fim de identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” foi estabelecida em 11 de maio de 2009 e teve revisões em 27 de abril de 2010 e em 24 de fevereiro de 2011, a qual se encontra disponível no website da Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial as operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	66.028	-	-	-	2.371	68.399
Empréstimos e financiamentos e debêntures	45.970	37.242	315.689	74.123	114.673	587.697

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez e percepção de risco aderente à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. A política também privilegia a alocação dos recursos em aplicações de curto prazo e, sempre que possível, com liquidez diária. Conta ainda com a supervisão do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, constituído no primeiro trimestre de 2010.

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, estão sujeitas às modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	31/03/2012	31/12/2011
Caixa e equivalente de caixa	52.345	62.753
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	50.672	46.239
Consumidores e concessionárias	158.342	167.014
Títulos de créditos a receber	115.549	117.947
Conta a receber da concessão	32.635	30.777

O detalhamento desses créditos, estão apresentados nas notas explicativas nº 5, 6, 7 e 15.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos Agentes de fomento nacionais (Eletrobrás, BNDES e BNB) e outras instituições do mercado de capitais.

A taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face de seus negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações em função dos efeitos da volatilidade, do cupom cambial e da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, que encerrou o período findo em 31 de março de 2012, com redução de 2,86% sobre 31 de dezembro de 2011, cotado a R\$1,8221/ USD.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Energisa PB, em 31 de março de 2012 de R\$454.138 (R\$461.606 em 31 de dezembro de 2011), R\$107.516 (R\$113.878 em 31 de dezembro de 2011) estão representados em dólares, provenientes da emissão internacional de Notes Units, cujo saldo em circulação no final do exercício, incluído juros, era de US\$60,7 milhões (US\$57,6 milhões

de principal). As notas têm vencimento de longo prazo, em 19 de julho de 2013 e custo de US\$ + 10,5% ao ano.

O balanço patrimonial em 31 de março de 2012, apresenta no ativo não circulante o valor de R\$4.779 (R\$2.649 em 31 de dezembro de 2011) e no passivo não circulante R\$10.619 (R\$6.409 em 31 de dezembro de 2011), a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações contábeis intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderão implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

Ademais, a própria valorização do Real frente ao Dólar de partida das operações é responsável pela quase totalidade desta posição passiva líquida, o que é natural nas operações de hedge, onde as empresas deixam de estar passivas em Dólar para estarem passivas em CDI.

A Energisa PB possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes: proteção para o montante equivalente a US\$ 57,6 milhões de principal e US\$12,3 milhões de juros através de Série de Swaps Cambiais com limitadores de taxa de câmbio entre R\$/US\$ 2,7150 (Jul-2012) e R\$/US\$ 2,9170 (Jul-2013) pelo prazo até 19/07/2013. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + 10,5% a.a. por 131,50% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos de 19/07/2012 até 19/07/2013 bem como o valor do principal nesta última data.

No período, os mecanismos de proteção cambial auferiram um resultado negativo de R\$4.736 (R\$3.746 em 31 de março de 2011), decorrentes de uma apreciação do dólar.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Em consonância com a Deliberação CVM no 550/08, revogada pela Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, que podem ser assim resumidos:

	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo		Efeito Acumulado	
	31/03/2012	31/12/2011		31/03/2012	31/12/2011	A Receber/ (Recebido)	A Pagar/ (Pago)
			Posição Ativa			-	-
			Moeda Estrangeira-USD	118.874	125.794		
	92.760	97.604	Posição Passiva			-	1.698
			Taxa de Juros CDI	(124.621)	(128.226)	-	
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(93)	(1.328)	-	-
Swap com opções - Itaú BBA			Posição Total Swap Com Opções	(5.840)	(3.760)	-	1.698

O Valor Justo dos derivativos registrados em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 19 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados descritos acima. Esses contratos não prevêem pagamentos intermediários antes da data de vencimento. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Energisa PB foi calculada utilizando-se metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar foram obtidas de outras fontes de mercado.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, que revogou a Deliberação nº 566/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2012, com a simulação dos efeitos nas demonstrações contábeis futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações contábeis intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Bond Swap com Opções			11.194	(15.726)	(42.647)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD	118.874		107.679	134.599	161.519
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(124.621)	Alta do US\$	(124.621)	(124.621)	(124.621)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(93)		-	-	-
Subtotal	(5.840)		(16.942)	9.978	36.898
Líquido	(5.840)		(5.748)	(5.748)	(5.749)

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de março de 2012, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada

brasileira em reais para 31 de março de 2012, atingem seu objetivo na plenitude, o que é refletido no valor presente negativo de R\$5.748, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presente negativos de R\$5.748 e R\$5.749, respectivamente.

b. Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados as taxas de juros de 31 de março de 2012, seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 9,14% a.a., TJLP = 6% a.a. e FNE = 8% a.a) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

<u>Instrumentos</u>	<u>Exposição (R\$ mil)</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável) (*)</u>	<u>Cenário II (Deterioração de 25%)</u>	<u>Cenário III (Deterioração de 50%)</u>
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	85.223	Alta CDI	1.861	2.308	2.748
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos	(160.025)	Alta CDI	(4.056)	(4.907)	(5.746)
	(12.759)	Alta TJLP	(377)	(423)	(469)
	(65.308)	Alta FNE	(1.079)	(1.349)	(1.619)
Subtotal (**)	(238.092)		(5.512)	(6.679)	(7.834)
Total	(152.869)		(3.651)	(4.371)	(5.086)

(*) Considera o CDI de 31 de março de 2012 (9,14% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2011, TJLP 6, % a.a e recursos do FNE de 8% a.a. (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste já refletindo o bônus de adimplimento).

(**) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$107.516.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

<u>Instrumentos financeiros</u>	<u>Nível</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	50.672	46.239
Instrumentos financeiros derivativos	2	4.779	2.649
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	2	(10.619)	(6.409)

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo período.

26. Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora de plano de benefício previdenciário aos seus empregados, na modalidade de benefício definido. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Os dados da última avaliação estão descritos na nota explicativa nº 33 às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

No período findo em 31 de março de 2012, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$2.142 (R\$1.557 em 31 de março de 2011).

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadora regulada pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No 1º trimestre de 2012 as despesas com esse benefício foram de R\$503 (R\$543 em 31 de março de 2011).

27. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

<u>Vigência</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>Após 2016</u>
2012 a 2044	296.183	309.212	258.816	269.238	264.075	4.113.052

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2011, e foram homologados pela ANEEL.

28. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à Energisa PB a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.
João Pessoa - PB

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior e revisão dos valores correspondentes ao primeiro trimestre do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e ao trimestre findo em 31 de março de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados em 8 de março de 2012 e em 11 de maio de 2011, respectivamente, que não tiveram qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "S" PB

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4 "S" PB

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br
- ✓ No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80
Tel.: (32) 3429-6226 / 6327 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ Internet: www.energisa.com.br
E-mail: stockinfo@energisa.com.br